

Hesitação vacinal infantil contra Covid-19: uma análise sob a perspectiva da enfermagem.

Rafaela Yumi Massago Lopes, Enfermagem, Centro Universitário Integrado, Brasil

Roziane Pereira da Silva, Enfermagem, Centro Universitário Integrado, Brasil

Mariana Cacção Villa Bindi, Enfermagem, Centro Universitário Integrado, Brasil

Mariana.villa@grupointegrado.br.

RESUMO: A hesitação vacinal infantil contra a COVID-19 é um grande desafio para a saúde pública no Brasil. Apesar da eficácia comprovada das vacinas, a pandemia gerou um cenário de desconfiança impulsionado pela disseminação de *fake news*, especialmente nas redes sociais, afetando principalmente a parcela da população com menor nível educacional. Este artigo discute os principais fatores que contribuem para a recusa ou adiamento da vacinação de crianças, como o acesso à informação, a desigualdade social, o uso político da pandemia e a disseminação de notícias falsas nas redes sociais. A hesitação vacinal também está relacionada a receios quanto à rapidez no desenvolvimento das vacinas e à suposta falta de segurança. Neste contexto, destaca-se o papel fundamental da enfermagem na promoção da saúde, por meio da escuta ativa, da educação em saúde e da adaptação da linguagem ao público atendido. O estudo, baseado em revisão de literatura, evidencia a necessidade de estratégias integradas que envolvam comunicação clara, políticas públicas eficazes e lideranças comprometidas com a ciência, visando restaurar a confiança da população e ampliar a cobertura vacinal infantil no pós-pandemia. Além disso, destaca o papel da enfermagem no enfrentamento da hesitação vacinal, enfatizando sua atuação como agente de confiança, educação em saúde e combate à desinformação. Conclui-se que estratégias baseadas em evidências, comunicação efetiva e políticas públicas inclusivas são fundamentais para superar os entraves à vacinação infantil e garantir a proteção coletiva diante da COVID-19. O presente trabalho tem como objetivo investigar os fatores que levam pais e responsáveis à hesitação vacinal contra a COVID-19 em crianças sob sua tutela.

Palavras-Chave: COVID-19, Crianças, Hesitação Vacinal, Enfermagem.

ABSTRACT: Hesitancy regarding COVID-19 vaccination in children is a major challenge for public health in Brazil. Despite the proven effectiveness of vaccines, the pandemic has created a climate of mistrust fueled by the spread of fake news, especially on social media, affecting mainly the less educated segment of the population. This article discusses the main factors that contribute to the refusal or postponement of vaccination for children, such as access to information, social inequality, the political use of the pandemic, and the spread of fake news on social media. Vaccine hesitancy is also related to fears about the speed of vaccine development and the supposed lack of safety. In this context, the fundamental role of nursing in health promotion stands out, through active listening, health education, and adapting language to the audience served. The study, based on a literature review, highlights the need for integrated strategies involving clear communication, effective public policies, and leaders committed to science, aiming to restore public confidence and expand childhood vaccination coverage in the post-pandemic period. In addition, it highlights the role of nursing in addressing vaccine hesitancy, emphasizing its role as an agent of trust, health education, and combating misinformation. It can be concluded that evidence-based strategies, effective communication, and inclusive public policies are essential to overcome barriers to childhood vaccination and ensure collective

protection against COVID-19. The present study aims to investigate the factors that lead parents and guardians to hesitate about vaccinating children under their care against COVID-19.

Keywords: COVID-19, Children, Vaccine Hesitancy, Nursing.

INTRODUÇÃO

A vacinação é um direito garantido pela Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 que regula o Programa Nacional de Imunizações. Ela também é obrigatória para crianças e adolescentes. Sua eficácia na prevenção de doenças é cientificamente comprovada, como demonstrado pela erradicação de enfermidades graves como sarampo, poliomielite, difteria e rubéola (Da, 2024).

Apesar de todos os benefícios das vacinas e de sua seguridade confirmada, nos últimos anos observou-se uma queda nas taxas de vacinação no Brasil, em especial na vacinação infantil (Carolina *et al.*, 2023).

Após a pandemia da COVID-19, a preocupação da população em relação à segurança das vacinas e aos benefícios da vacinação infantil aumentou consideravelmente (Nobre; Guerra; Carnut, 2022).

Em janeiro de 2020 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a pandemia de COVID-19, e cerca de um ano depois, em janeiro de 2021, já havia aproximadamente 200 projetos registrados pela OMS em todo o mundo para desenvolver a vacina contra COVID-19, esse esforço em nível mundial contribuiu para que a criação de vacinas em tempo recorde (Domingues, 2021).

Empresas como a Moderna e Pfizer já haviam desenvolvido vacinas com 90% de eficácia, e sem efeitos colaterais graves. Mesmo em situação emergencial e com a eficácia mínima de 50% estabelecida, só foram aprovadas as vacinas que passaram por todas as etapas de avaliação da OMS para garantir a eficácia de proteção e minimizar os riscos de efeitos adversos (Domingues, 2021).

Durante a pandemia as notícias falsas se espalharam por meio das redes sociais gerando pânico, além de que o próprio governo na época instigou a população a questionar a eficácia da vacina, usando de argumentos provenientes de teorias da conspiração. A parcela da população menos favorecida socioeconomicamente esteve mais propensa a acreditar nas redes sociais e nas notícias falsas sendo mais suscetíveis a confiar nas informações repassadas sem checar as fontes, o que afetou a opinião sobre a vacina e sua seguridade, (Rosa; Barros; Laipelt, 2023).

O medo e desconfiança dos responsáveis foram por diversas vezes associadas a velocidade alta em que as vacinas foram desenvolvidas e liberadas ao público, muitos responsáveis ao negar a vacinação afirmaram que crianças não desenvolvem a forma grave de COVID-19 e por esse motivo não seria necessário vaciná-las, usando o argumento de que teriam liberdade para fazer as escolhas relacionadas à saúde das crianças sob sua tutela (Salvador *et al.*, 2023).

No que se diz respeito à liberdade de escolha, embora a legislação proteja o direito dos pais e responsáveis de tomar decisões em relação a saúde das crianças é importante ressaltar que tais escolhas não podem ir contra os direitos fundamentais da criança, nesse caso, o direito ao acesso à saúde e proteção de sua integridade física, além de que em uma situação emergencial como a pandemia, escolher não se vacinar ou não vacinar as crianças é assumir o risco de contaminar a si mesmo, a sua família e também outras pessoas, colocando as vidas de outros em risco (Streck, 2023).

A recusa por parte de pais e responsáveis em vacinar uma criança sob sua tutela configura uma violação dos direitos fundamentais das crianças como previsto no Artigo 14 parágrafo 1 da Lei nº 8.069 do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, que torna obrigatório a vacinação de crianças e adolescentes conforme recomendação dos órgãos sanitários competentes. Portanto, a individualidade e direito de escolha dos pais não pode ser usada como justificativa para colocar em risco a saúde de seus filhos e da comunidade (Brasil, 1990).

Segundo o estudo de França *et al.*, 2025 que analisou artigos de 2021 a 2023 as condições de saúde pré-existentes (comorbidades crônicas, idade avançada, pacientes com alto risco de trombose) dos pacientes estão diretamente relacionadas a reações adversas e óbitos associadas à vacinação contra Covid-19. Outros fatores relacionados citados são a aplicação da vacina em locais não recomendados, o uso indiscriminado de medicações (em especial os corticoides), e a aplicação de outras substâncias sobre o local da aplicação da vacina. Em nenhum dos casos foi possível associar os óbitos exclusivamente à vacinação ou afirmar que a vacina foi responsável por desencadear reações que levaram ao óbito do paciente. Reações adversas leves como dor local, febre leve e dores moderadas são esperadas tanto na vacina contra Covid-19 quanto em outras vacinas no geral.

Diante do cenário complexo de diminuição nas taxas de imunização, tanto no Brasil quanto em nível global – situação essa agravada pela pandemia da Covid-19 –, somado às falhas identificadas nas ações atuais e às dificuldades enfrentadas pelo Programa Nacional de imunização (PNI), a preocupação em desenvolver novas estratégias que possam promover o aumento da cobertura vacinal infantil cresce. Essas estratégias devem priorizar a ampliação do acesso aos serviços de saúde, independentemente do tipo do imunizante administrado ou ao perfil social das crianças menores de idade (Souza *et al.*, 2024).

MÉTODO

Este Trabalho de Conclusão de Curso fundamentou-se em uma revisão de literatura de natureza qualitativa, com enfoque descritivo, orientada pela análise crítica e pela integração de evidências científicas previamente publicadas acerca da hesitação vacinal. Tal procedimento teve como finalidade consolidar um

referencial teórico atualizado e consistente sobre o tema (EQUIPE EDITORIAL, 2020).

O levantamento do material científico foi conduzido nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Utilizaram-se os descritores controlados “vacinação infantil”, “COVID-19”, “hesitação vacinal”, “enfermagem” e “crianças”, combinados por meio do operador booleano AND, o que resultou na identificação inicial de 236 publicações.

Estabeleceram-se como critérios de inclusão: artigos publicados em português ou inglês; textos disponíveis integralmente; e artigos publicados nos últimos cinco anos. Foram excluídos artigos duplicados; publicações que não apresentavam relação direta com a temática; e estudos que não explicitavam claramente a metodologia utilizada.

A seleção dos estudos ocorreu em duas etapas. Inicialmente, realizou-se a leitura de títulos e resumos, fase em que foram avaliadas as 236 publicações encontradas, excluindo-se aquelas que não atendiam aos critérios pré-definidos. Em seguida, procedeu-se à leitura integral dos artigos elegíveis e à categorização dos achados em eixos temáticos, o que possibilitou a sistematização e a síntese do conhecimento produzido. Para reduzir vieses, a triagem de artigos foi realizada de forma independente por duas pesquisadoras, com resolução consensual em casos de divergência. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, a amostra final compôs-se de 27 artigos, os quais foram devidamente referenciados.

A ênfase foi direcionada à discussão conceitual e interpretativa, com o objetivo de integrar diferentes perspectivas e construir um referencial teórico sólido que serviu de base para as análises e conclusões do estudo.

REVISÃO DE LITERATURA

O Contexto da Pandemia

Devido à rápida propagação da COVID-19 em nível global, em janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou o surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2) como uma emergência sanitária, caracterizada pelo grau máximo de alerta estabelecido pela organização. (Domingues, 2021).

No Brasil, medidas emergenciais foram adotadas já em fevereiro de 2020, com o reconhecimento oficial da COVID-19 como uma ameaça à saúde pública. A rápida identificação do genoma do vírus e o conhecimento prévio sobre outros coronavírus ajudaram no enfrentamento inicial, mas a falta de preparo dos sistemas de saúde agravou os impactos. Paralelamente, a propagação de desinformação e curas sem comprovação científica dificultou a adesão às medidas sanitárias (Machado *et al.*, 2023).

Letramento digital e Fake News

O letramento digital se refere à capacidade de um indivíduo de compreender informações recebidas por meio da internet e separa o que é verdadeiro do que é falso, buscando as fontes científicas e usando seu senso crítico para interpretar as notícias, na atualidade o termo ganha força devido a enxurrada de informações compartilhadas online diariamente. Pessoas com maior grau de educação são mais propensas a buscar fontes pois tem o conhecimento sobre o que é cientificamente comprovado e onde pesquisar (Mainardes; Yamaguchi; Cristina, 2023).

As *fake news*, ou notícias falsas em português, tiveram um grande papel na recusa vacinal, se espalhando rapidamente por meio das redes sociais, sendo baseadas puramente em opiniões pessoais e correlações falsas, sem nenhum valor científico, mas de fácil compartilhamento nas redes sociais afetaram principalmente a opinião da população menos favorecida socioeconomicamente e de menor nível acadêmico (Nobre; Guerra; Carnut, 2022).

No Brasil, a propagação de *fake news* sobre a pandemia, vacinas e saúde pública foi favorecida por uma população altamente conectada, mas com baixa capacidade de distinguir conteúdos verdadeiros de falsos. A dificuldade em checar a origem das informações se mostrou um grande desafio, especialmente diante de promessas de curas milagrosas e teorias conspiratórias. A fragilidade educacional e a falta de atuação efetiva do Estado criaram um ambiente propício para que grupos mal-intencionados manipulem a opinião pública, gerando desconfiança em relação a consensos científicos amplamente validados (Galhardi *et al.*, 2022).

Também é teorizado que o medo diante de uma situação catastrófica como a pandemia da Covid-19 desencadeou na população o pensamento negacionista como um mecanismo de autodefesa do próprio cérebro. O estresse e medo constante causado pela ameaça do novo vírus, que era visto por muitos como um inimigo imparável e uma doença letal de transmissão rápida, sem cura ou tratamento, causava um peso psicológico tão intenso que a própria mente do indivíduo se convenciam que não poderia ser real, o que abria espaço para questionamentos diversos, assim nascendo diversas teorias sobre qual seria de fato a realidade da situação (Morel, 2021).

Fatores Políticos

O desenvolvimento e aprovação rápida da vacina contra a COVID-19, embora tenha sido considerado um grande feito mundialmente, foi usado como argumento por negacionistas e indivíduos antivacina que afirmavam que as crianças estavam sendo usadas de cobaias pelo governo e que a vacina não seria segura, o que de forma alguma é verdade. Junto com as mentiras espalhadas por meio das redes sociais, temos também as falas do então

presidente do Brasil que defendeu a não vacinação da população geral, e que no caso particular das crianças afirmou que não haviam óbitos infantis por COVID-19, que os efeitos colaterais da vacina não foram estudados e seriam até mais perigosos do que a doença, o que mais uma vez é falso, mas acabou por influenciar uma grande parcela da população a também desconfiar da vacina e do Ministério da Saúde (Souto *et al.*, 2024).

As afirmações falsas do presidente brasileiro corroboram para aumentar a desconfiança, houve diversas falas que davam a entender que a vacina não seria prioridade ou necessidade e que o sistema imunológico de cada indivíduo estaria adaptado e imunizado ao vírus do COVID-19 após ser contaminado uma vez, insinuando por diversas vezes que a vacina traria apenas malefícios a saúde da população, essas alegações não tiveram embasamento científico algum (Mota; Pimentel; Oliveira, 2023).

A exigência de termo de responsabilidade no início da vacinação em crianças, discursos antivacina de autoridades e a propagação de informações falsas nas redes sociais agravaram a desconfiança, especialmente ao associar a vacina a riscos maiores do que a própria doença, o que contribuiu significativamente para a hesitação vacinal infantil (Souto, *et al.* 2024).

A pandemia evidenciou a falta de leis bem estruturadas sobre a vacinação compulsória, o despreparo dos governantes sobre assuntos de saúde, e a mais uma vez reforçou a necessidade de se levar em conta o contexto social, político em que a população está inserida para a elaboração de Políticas Públicas e planos eficazes (DA SILVA COSTA *et al.*, 2024).

Fatores Socioeconômicos

De acordo com a pesquisa de SANTOS *et al.*, 2023 os pais e responsáveis em situação socioeconômica desfavorável e baixo nível de escolaridade afirmaram que receberam informações por redes sociais e por pessoas conhecidas que eram desfavoráveis à vacina, e por isso consideraram a vacinação perigosa a saúde e até letal. Já os com maior nível de escolaridade aceitaram melhor a vacinação, confiando em profissionais da área e nas pesquisas científicas, e buscando fontes das notícias recebidas nas redes sociais, além de que famílias com filho único têm mais facilidade em manter as vacinas da criança em dia, enquanto famílias com mais crianças têm dificuldade em completar o esquema vacinal na maioria das vezes devido a ter empregos com horários inflexíveis e até mais de um emprego, o que dificulta a ida a Unidades Básicas de Saúde.

Na relação com o emprego e a falta de tempo devemos destacar o papel das mães solo cuja rede de apoio é fraca ou inexistente a fim de compreender que, por mais que exista o direito legal de se ausentar de suas funções no trabalho para acompanhar seus filhos a consultas e procedimentos de saúde a realidade financeira de muitas as impede de exigir tais direitos (VIANA *et al.*, 2023).

A formação acadêmica mais uma vez se mostrou relevante na aceitação vacinal como descrito por D'Silva *et al.*, 2024 em um estudo que incluía, além do Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Índia, Canadá, e França, os indivíduos entrevistados que não cursaram faculdade desconfiaram mais da eficácia da vacina em comparação aqueles com formação ou cursando o nível superior. Por outro lado, mais da metade dos entrevistados que eram favoráveis à vacina anteriormente relataram que a pandemia de COVID-19 reforçou a importância da vacinação e aumentou sua confiança nas vacinas.

Papel do Enfermeiro

A enfermagem tem papel essencial no sucesso do Programa Nacional de Imunizações (PNI), atuando com base em competências técnicas, científicas e éticas. Diante do desafio atual da hesitação vacinal, alimentada por desinformações que enfraquecem a ciência, é fundamental que os profissionais sustentem sua prática nas evidências mais atualizadas, promovendo educação em saúde acessível à população (Brasil, 1975).

A equipe de enfermagem é responsável por todas as etapas da vacinação, desde o preparo até o descarte de resíduos, além de monitorar a cobertura vacinal e eventos adversos. Cabe ainda às gestões estaduais e municipais garantir a capacitação contínua desses profissionais, assegurando uma imunização eficaz e uniforme para manter o controle das doenças evitáveis por vacinas (Albino da Silva; Acerra; Pietrafesa, 2024).

Na campanha de vacinação contra a COVID-19 às práticas cotidianas da enfermagem se renovaram, o que proporcionou novos aprendizados sobre o tema em torno do qual o conhecimento tem sido estruturado em tempo real. Houve ainda a necessidade de utilizarem estratégias já consagradas nos serviços de Atenção Primária à Saúde, cuja resolutividade é factual, como a busca ativa e a vacinação domiciliar, objetivando atingir a cobertura vacinal e proporcionar a vacinação a todos os grupos prioritários, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde, reorganizando seus processos de trabalho para alcançar resultados positivos (Souza *et al.*, 2021).

Um exemplo de estratégia diferenciada adotada com a organização da Enfermagem e apoio das autoridades, a unidade satélite de vacinação onde foi possível criar um local seguro para aplicação em massa de vacinas em um campo de futebol na cidade de São Paulo, durante o tempo de pandemia e respeitando as medidas de distanciamento social necessários na época, já que a situação dificultava que os indivíduos buscassem as Unidades Básicas de forma segura, o evidenciou na prática que a importância do acesso a recursos, o apoio governamental e de ter uma equipe bem treinada e amparada. (DE ALMEIDA *et al.*, 2022).

Apesar de reconhecerem a importância da imunização, muitos profissionais também expressaram receio inicial, influenciado pela rapidez no desenvolvimento das vacinas, medo de efeitos adversos e falta de estudos de

longo prazo. Os profissionais de enfermagem são de extrema importância na divulgação científica para a população já que estão inseridos na APS de forma que entram em contato direto com os pacientes diariamente, criando vínculo de confiança e abrindo espaço para conversas e criando um ambiente seguro para conversas e para sanar dúvidas dos pacientes (Souto *et al.* 2024).

No Brasil a Educação Permanente em Saúde para profissionais de enfermagem que trabalham na imunização tem foco em atualizações do calendário vacinal e em novas vacinas liberadas ao público, deixando de lado temas que são considerados relevantes pelos profissionais como manejo de reações adversas. Outro grande problema é a falta de oferta das entidades responsáveis e empregadores de capacitação para profissionais antes de sua inserção na área de imunização (MARTINS *et al.*, 2019).

Sendo assim, é necessário que os profissionais de enfermagem tenham a capacidade de utilizar e o acesso a ferramentas necessárias para estudar e se atualizar sobre a vacinação para que possam transmitir esse conhecimento de forma clara e na linguagem adequada para que a população consiga, não apenas escutar, mas também compreender as informações repassadas. Deve-se levar em conta a classe social e nível acadêmico em que cada indivíduo está inserido e as suas peculiaridades para que o tipo de linguagem usada esteja adequado ao público-alvo e compreensível, evitar o uso de termos técnicos e optar por uma linguagem mais simples, usar a comunicação não violenta para corrigir informações falsas sem que o indivíduo se sinta atacado ou desvalorizado (Muller; Lange; Hellmann, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país reconhecido mundialmente por suas campanhas de vacinação e pelo atendimento pelo SUS, mas a pandemia de COVID-19 salientou a fragilidade da confiança da população, assim como as fragilidades em relação a aceitação vacinal impulsionadas pela desinformação, com relação, principalmente, por fatores socioeconômicos e pelo descrédito em autoridades científicas por parte do governo. Frente a esse cenário, é imprescindível reforçar que a vacinação infantil continua sendo uma ferramenta fundamental para a proteção coletiva e a erradicação de doenças graves, incluindo a COVID-19.

No entanto, para que o sucesso dos programas de imunização seja mantido, destaca-se a necessidade de uma abordagem de atendimento pautada na empatia. É essencial que os profissionais de saúde estejam preparados para ouvir as angústias, esclarecer dúvidas sem julgamentos e fornecer informações de qualidade de maneira acessível, respeitosa e acolhedora. A construção da confiança entre a população e os serviços de saúde depende não apenas da divulgação científica correta, mas também da escuta ativa e do respeito às realidades sociais e culturais dos indivíduos.

As campanhas devem ser baseadas no contexto social e como foi evidenciado por essa pesquisa a parcela com menor nível acadêmico foi a mais prejudicada pela desinformação, o que nos faz refletir sobre as estratégias empregadas no país. Não é culpa do indivíduo estar inserido em uma realidade de ensino precário, mas é dever dos profissionais e do Governo criar campanhas e projetos que se adequem a essa realidade.

As ações e declarações do presidente durante a pandemia tiveram impacto significativo na percepção pública sobre a vacinação, é importante destacar que necessitamos de lideranças comprometidas com a ciência e a saúde pública para enfrentar crises sanitárias, para que a população se sinta segura e amparada, e para que a saúde coletiva e individual seja garantida e preservada.

A hesitação vacinal contra a COVID-19 em crianças é um desafio complexo que exige uma abordagem integrada, envolvendo educação, comunicação clara e combate à desinformação. Somente por meio de esforços conjuntos será possível aumentar a confiança dos pais e responsáveis e garantir a proteção das crianças contra a COVID-19.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albino da Silva, S.; Acerra, G.; Pietrefesa, B. **A enfermagem como protagonista no enfrentamento da hesitação e recusa vacinal** Mônica Lásalette da Costa Godinho. Rev Bras Enferm, v. 77, n. 1, 2024.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente 1990**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>.

BRASIL. Lei no 6.259, de 30 de outubro de 1975. **Programa Nacional de Imunizações**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 out. 1975. Seção 1, p. 1.

CAROLINA, A. *et al.* **Cobertura vacinal e o movimento antivacina: o impacto na saúde pública no Brasil**. v. 47, n. 1, p. 210–226, 19 jun. 2023.

DA, P.-A. Boletim de Imunização, v.46, n.4, Dez. 2024-Jan. 2025. **Boletim de Imunização (Boletim Informativo PAI)**;v.46, 2024, 2024.

DA SILVA COSTA, F. *et al.* ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE IMUNIZAÇÃO NO COMBATE A COVID-19: (DES)ORDEM NOS ACORDOS ENTRE OS PODERES. **Enfermagem em Foco**, v. 15, 2024.

DE ALMEIDA, L. Y. *et al.* Implementation of the drive-through strategy for COVID-19 vaccination: an experience report. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 56, 2022.

DOMINGUES, C. M. A. S. Desafios para a realização da campanha de vacinação contra a COVID-19 no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 1, 2021.

D'SILVA, C. et al. A global survey to understand general vaccine trust, COVID-19 and influenza vaccine confidence. **Frontiers in Public Health**, v. 12, 20 nov. 2024.

EQUIPE EDITORIAL. Editorial. *Interações* (Campo Grande), p. 681–684, 30 out. 2020.

FRANÇA, W. et al. Events supposedly attributable to vaccination or immunization against covid-19 in Brazil – scoping review / Eventos supostamente atribuíveis a vacinação ou imunização contra a covid-19 no Brasil – revisão de escopo. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 17, 20 fev. 2025.

GALHARDI, C. P. et al. Fake news e hesitação vacinal no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 5, p. 1849–1858, maio 2022.

MACHADO, A. V. et al. COVID-19 and health systems in Brazil and around the world: effects on the working conditions and health of health workers. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 2965–2978, 23 out. 2023.

MAINARDES, Y. C.; YAMAGUCHI, M. U.; CRISTINA, S. Relação do letramento digital em saúde e a COVID-19. **Saúde Pesqui.** (Online), p. 11493–11493, 2023.

MARTINS, J. R. T. et al. Vaccination in everyday life: experiences indicate Permanent Education. **Escola Anna Nery**, v. 23, n. 4, 2019.

MOREL, A. P. M. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, jan. 2021.

MOTA, A. A. S.; PIMENTEL, S. M.; OLIVEIRA, A. V. DE M. G. Desordens informativas: análise de pronunciamentos de Jair Bolsonaro contra a vacinação de covid-19. **RECIIS (Online)**, p. 311–331, 2023.

MULLER, T. L.; LANGE, F. C.; HELLMANN, F. [Childhood vaccine hesitancy and COVID-19 in Brazil: expanding the analysis from the perception of health professionals]. **PubMed**, v. 40, n. 8, p. e00068824–e00068824, 1 jan. 2024.

NOBRE, R.; GUERRA, L. D. DA S.; CARNUT, L. Hesitação e recusa vacinal em países com sistemas universais de saúde: uma revisão integrativa sobre seus efeitos. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 303–321, 21 mar. 2022.

ROSA, S. S. DA; BARROS, T. H. B.; LAIPELT, R. DO C. F. O discurso antivacina no ontem e no hoje: a Revolta da Vacina e a pandemia da covid-19, uma abordagem a partir da Análise do Discurso. **RECIIS (Online)**, 2023.

SALVADOR et al. Inquérito online sobre os motivos para hesitação vacinal contra a COVID-19 em crianças e adolescentes do Brasil. **Cadernos De Saúde Pública**, v. 39, n. 10, 1 jan. 2023.

SANTOS, D. F. DOS et al. Factors associated with the permission for child vaccination in the context of the COVID-19 pandemic. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 44, p.e20220362, 10 nov. 2023.

SIMPAR

Simpósio de Pesquisa, Extensão e Inovação do Paraná

Realização



Núcleo de
Empreendedorismo,
Pesquisa e Extensão
Integrado

Apoio



FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

SOUTO, E. P. *et al.* Hesitação vacinal infantil e COVID-19: uma análise a partir da percepção dos profissionais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, p.e00061523, 11 mar. 2024.

SOUZA, J. B. DE *et al.* Campanha de vacinação contra COVID-19: diálogos com enfermeiros atuantes na Atenção Primária à Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 55, 24 set. 2021.

SOUZA, J. F. A. *et al.* Strategies for expanding vaccination coverage in children in Brazil: systematic literature review. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 77, n. 6, p. e20230343, 2024.

STRECK, L. L. O direito transindividual à saúde e as falsas aporias da liberdade individual. *Cad. Ibero-Am. Direito Sanit. (Online)*, p. 103–114, 2023.

VIANA, I. DA S. *et al.* HESITAÇÃO VACINAL DE PAIS E FAMILIARES DE CRIANÇAS E O CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS. **Cogitare Enfermagem**, v. 28, p. e84290, 7 ago. 2023.